



TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 111/2019

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Estado de Goiás, por intermédio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o Município de MIMOSO DE GOIÁS.

CEDENTE: ESTADO DE GOIÁS, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado pelo Procurador Chefe da Advocacia Setorial, nos termos do Art. 47, § 2º, da Lei Complementar nº 58/2006, ALERTE MARTINS DE JESUS, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 440.607.261-68, OAB nº 12.167/GO, residente e domiciliado em Goiânia-GO, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.746.632/0001-95, órgão sucedâneo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação, por força das atribuições do art. 7º, inciso I, alínea “z”, da Lei nº 17.257/2011 alterada pela Lei nº 20.417/2019, conforme previsão do art. 5º desta mesma lei, com sede administrativa na Rua 256, nº 52, Quadra 117, Setor Leste Universitário, CEP 74.610-200, em Goiânia - GO, ora representada por seu titular, ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA LIMA NETO, brasileiro, portador do RG nº 28.841.527-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 296.812.918-08, residente e domiciliado em Goiânia-GO;

CESSIONÁRIO: Município de MIMOSO DE GOIÁS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 25.053.430/0001-00, neste ato representado pelo(a) Prefeito(a) Municipal Sr.(a) GENIVALDO GONÇALVES DOS REIS, portador(a) do CPF nº 669.766.261-15 e C.I nº 1748434 SSP/DF, residente e domiciliado(a) na Rua 12, Qd. 19, Lt. 12, Centro, Mimoso de Goiás/GO;

As partes devidamente qualificadas em epígrafe celebram o presente Termo de Cessão de Uso, nos termos do Processo Administrativo nº 201814304010365, mediante as condições seguintes, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993, com suas alterações, da Lei Estadual nº 17.928, de 27 de dezembro de 2012, bem como da Lei Estadual nº 17.257/2011, alterada pela Lei Estadual nº 20.417, de 06 de fevereiro de 2019.

CONDIÇÃO PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a cessão de uso dos bens a seguir descritos:

- a) **Caminhão FORD Cargo-1519 com caçamba basculante**, ano/modelo 2018/2019, zero quilômetro, com 02 (dois) eixos, tração traseira 4x2, motor diesel de 189cv



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

turboalimentado, com transmissão manual de 06 velocidades à frente e 01 à ré, PBT Técnico de 15.000 kg, pneus novos, ar condicionado, rádio com entrada USB. Implemento caçamba instalado sobre o chassi, com capacidade volumétrica de 6 m³ com acionamento via tomada de força, protetores laterais, com parachoque traseiro e lameiros de proteção traseira, número patrimonial 001885296, chassi/série 9BFYEB2B7KBS73285, no valor unitário de R\$ 195.900,00, adquirida por meio do Pregão Eletrônico nº 06/2018-SED no Processo nº 201814304002186, conforme Nota(s) de Empenho nº(s) 2018.3602.019.00012 (fonte 100) e 2018.3602.020.00002 (fonte 280) e Nota Fiscal nº 000.156.553, de propriedade da Cedente e adquirido com recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 850.929/2017 MAPA/CAIXA/SED, publicado no Diário Oficial da União, Página 64, Seção 3, segunda feira, 08 de janeiro 2018.

Parágrafo Primeiro – O objeto deste Termo de Cessão de Uso ficará sob a guarda do Município de MIMOSO DE GOIÁS. O Cessionário declara haver recebido os bens e seus acessórios, descritos no caput da condição primeira deste ato unilateral, novos.

Parágrafo Segundo - O presente Termo integra o Processo nº 201814304010365 e tem respaldo no Contrato de Repasse nº 850.929/2017-MAPA/CAIXA/SED, firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado pela Caixa Econômica Federal e o Estado de Goiás, objetivando a execução de ações relativas ao Programa Desenvolvimento da Agropecuária.

Parágrafo Terceiro – O Plano de Trabalho apresentado Processo nº 201814304010365 é parte integrante do presente Termo de Cessão de Uso, regendo-o no que for omissivo.

CONDIÇÃO SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

I – Do Cedente:

a) Ceder a posse e o uso dos bens descritos na Condição Primeira ao Cessionário, a título gratuito e personalíssimo, para serem utilizados conforme especificações técnicas e administrados nos termos estabelecidos no Plano de Trabalho do Contrato de Repasse nº 850.929/2017 MAPA/CAIXA, no Termo de Referência, e neste Termo de Cessão de Uso.

II – Do Cessionário:

a) Contratar seguro, manter, guardar e conservar os bens ora cedidos de modo adequado, observando com rigor suas finalidades e capacidades, suas especificações técnicas e a necessária manutenção conforme as recomendações do fabricante, arcando com o ônus e o custo para tal;



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

- b) Responsabilizar-se, perante terceiros, com completa isenção do Cedente, por quaisquer danos causados em razão do uso dos objetos deste ato unilateral, assegurada a regressividade contra seu preposto (agente público), se for o caso, na forma da lei, independente de quaisquer fatores externos, tais como furto, roubo, perda, entre outros;
- c) Devolver ao Cedente o bem ora cedido, caso seja rescindido ou esgotada a vigência deste termo, nas mesmas condições em que o Cessionário o recebeu, ressalvados os desgastes naturais decorrentes do uso regular e do decurso do tempo e, ainda, sem direito à retenção ou indenização;
- d) Na eventualidade de danos aos bens, efetuar os reparos, deixando-os com as mesmas características e em semelhantes condições de conservação e funcionamento, tal como inicialmente recebido;
- e) Apresentar relatório das atividades desenvolvidas, que deverá ser encaminhado ao Gestor do Termo de Cessão de Uso, por meio físico ou eletrônico, devendo ser anexado a estes autos. O primeiro relatório deverá ser apresentado seis meses após o recebimento do bem pelo Cessionário e os seguintes relatórios, a cada ano;
- f) O descumprimento da obrigação constante do item anterior poderá motivar a rescisão da presente Cessão de Uso, por parte do Cedente;
- g) Arcar com todas as taxas, impostos, multas, seguros e demais custos pertinentes aos bens, durante a vigência do presente termo;
- h) O Cessionário se compromete a administrar e usar adequadamente os bens ora cedidos, enquanto estiver vigente a presente Cessão de Uso;
- i) O Cessionário deverá autorizar somente pessoas habilitadas na direção e ou operação dos veículos e ou máquinas cedidas;
- j) Fica o Cessionário obrigado, durante o período de garantia dos equipamentos a realizar as revisões nas empresas concessionárias da marca do bem.

CONDIÇÃO TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência da Cessão de Uso será de 60 (sessenta) meses contados a partir da assinatura do presente termo, com eficácia a partir da publicação do respectivo extrato na imprensa oficial.

Parágrafo Primeiro – A critério das partes, esse termo poderá ser prorrogado por igual período, devendo para tanto, o Cessionário, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do termo final, comunicar expressamente seu interesse ao Cedente.



CONDIÇÃO QUARTA - DA RESCISÃO E DA DISSOLUÇÃO

O Cedente poderá, a qualquer tempo, rescindir unilateralmente a presente Cessão de Uso nos seguintes casos:

- a) Ocorrer o descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Cessão de Uso ou seu respectivo Plano de Trabalho;
- b) Houver o desvio de finalidade na utilização dos bens; ou
- c) Houver infração de qualquer dispositivo legal aplicável à cessão de uso.

Parágrafo Único – O cedente poderá, se for de sua conveniência, efetuar a dissolução unilateral deste ato a qualquer tempo, com notificação prévia de 30 (trinta) dias, independente de interpelação judicial, bem como, se houver o interesse comum das partes neste sentido, comprometendo-se o Cessionário a devolver o objeto deste Termo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a notificação, nas condições normais de uso, o que se obrigam a cumprir por si e/ou por seus sucessores.

CONDIÇÃO QUINTA - DAS PERDAS E DANOS

Se o Cessionário utilizar o objeto desta cessão de uso de modo diverso do aqui ajustado ou se ocorrer perda ou extravio do mesmo, caberá ao Cedente, além da rescisão unilateral do Termo de Cessão de Uso, exigir perdas e danos, tendo como referência o valor de mercado do objeto do ajuste no momento da rescisão.

CONDIÇÃO SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento, por parte do Cedente, da execução deste Termo de Cessão de Uso ficará prioritariamente a cargo da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e será realizada por servidor(es) designado(s) mediante Portaria.

Parágrafo Primeiro – O(s) servidor(es) apresentará(ão), após a vistoria, relatório circunstanciado observando a finalidade, a conservação e a utilização dos bens, conforme as condições estabelecidas pela Concedente e pelo presente Termo de Cessão Uso.

Parágrafo Segundo – Caberá ao(s) servidor(es) designado(s), acompanhar e exigir os relatórios que deverão ser apresentados pelo Cessionário, conforme previsto na Condição Segunda, II, 'e'.



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Parágrafo Terceiro – Verificando a ocorrência de qualquer irregularidade na execução do Termo de Cessão de Uso, quando da vistoria, o(s) servidor(es) designado(s) informará(ão), imediatamente, formalmente, à Chefia imediata, recomendando-lhe a adoção de medidas para sanear a inconformidade verificada.

Parágrafo Quarto – Constatado que as decisões e providências necessárias à regular execução do Termo de Cessão de Uso extrapolam a competência da Chefia imediata, esta solicitará aos seus superiores hierárquicos as providências pertinentes ao deslinde da questão.

Parágrafo Quinto – É livre o acesso, a qualquer tempo, do respectivo servidor(es) responsável(is), ao local de guarda e/ou utilização do objeto do presente Termo de Cessão de Uso, bem como o acesso aos relatórios mensais das atividades desenvolvidas.

CONDIÇÃO SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento providenciar a publicação do extrato deste Termo de Cessão de Uso no Diário Oficial do Estado de Goiás e no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo único, do artigo 61, da Lei nº 8.666/1993.

CONDIÇÃO OITAVA – DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento deste Termo de Cessão de Uso serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018.

CONDIÇÃO NONA – DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

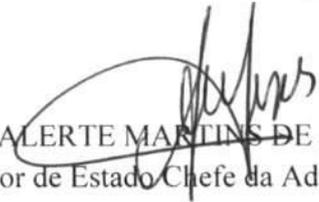
Os conflitos que possam surgir relativamente ao ajuste decorrente deste Termo de Cessão de Uso, acaso não puderem ser equacionados de forma amigável, serão, no tocante aos direitos patrimoniais disponíveis, submetidos à arbitragem, na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018, elegendo-se desde já para o seu julgamento a CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), outorgando a esta os poderes para indicar os árbitros e renunciando expressamente à jurisdição e tutela do Poder Judiciário para julgamento destes conflitos, consoante instrumento Anexo.



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Por estarem as partes justas e acertadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor.

Goiânia – GO, 15 de MARÇO de 2019.


ALERTE MARTINS DE JESUS
Procurador de Estado Chefe da Advocacia Setorial
(Portaria 120-GAB/2019-PGE)


ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA LIMA NETO
Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento


GENIVALDO GONÇALVES DOS REIS
Prefeito(a) Municipal de MIMOSO DE GOIÁS



ANEXO AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 111/2019

1. Qualquer disputa ou controvérsia relativa à interpretação ou execução deste ajuste, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, no tocante a direitos patrimoniais disponíveis, e que não seja dirimida amigavelmente entre as partes (precedida da realização de tentativa de conciliação ou mediação), deverá ser resolvida de forma definitiva por arbitragem, nos termos das normas de regência da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA).
2. A CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA) será composta por Procuradores do Estado, Procuradores da Assembleia Legislativa e por advogados regularmente inscritos na OAB/GO, podendo funcionar em Comissões compostas sempre em número ímpar maior ou igual a 3 (três) integrantes (árbitros), cujo sorteio se dará na forma do art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 114, de 24 de julho de 2018, sem prejuízo da aplicação das normas de seu Regimento Interno, onde cabível.
3. A sede da arbitragem e da prolação da sentença será preferencialmente a cidade de Goiânia.
4. O idioma da Arbitragem será a Língua Portuguesa.
5. A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do litígio.
6. Aplicar-se-á ao processo arbitral o rito previsto nas normas de regência (incluso o seu Regimento Interno) da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, na Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018 e na Lei Estadual nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, constituindo a sentença título executivo vinculante entre as partes.
7. A sentença arbitral será de acesso público, a ser disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.
8. As partes elegem o Foro da Comarca de Goiânia para quaisquer medidas judiciais necessárias, incluindo a execução da sentença arbitral. A eventual propositura de medidas judiciais pelas partes deverá ser imediatamente comunicada à CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), e não implica e nem deverá ser interpretada como renúncia à arbitragem, nem afetar a existência, validade e eficácia da presente cláusula arbitral.

Goiânia - GO, 15 de MARÇO de 2019.

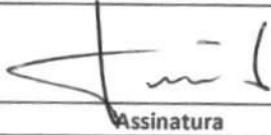

ALERTE MARTINS DE JESUS
Procurador de Estado Chefe da Advocacia Setorial
(Portaria 120-CAB/2019-PGE)


ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA LIMA NETO
Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento


GENIVALDO GONÇALVES DOS REIS
Prefeito(a) Municipal de MIMOSO DE GOIÁS

PLANO DE TRABALHO

| DADOS CADASTRAIS | | | |
|---|-------------------|--------------------------------------|--------------------|
| DO CESSIONÁRIO | | | CNPJ/MF |
| Município de Mimoso de Goiás | | | 25.053.430/0001-00 |
| Endereço | Cidade | UF | CEP |
| PC Central S/N, centro | Mimoso de Goiás | Go | 73.730-000 |
| DDD./Telefone | Home page | E-mail | |
| 62-3338-1576 | | genivaldoprefmimosodegoias@gmail.com | |
| Responsável | | CI/Órgão expedidor | CPF |
| Genivaldo Gonçalves dos Reis | | 1748434 SSP/DF | 669.766.261-15 |
| Cargo/Função | | E-mail | |
| Prefeito Municipal | | convenioscocal@gmail.com | |
| Endereço | Cidade | UF | |
| Rua 12 QD-19 LT-16, centro | Mimoso de Goiás | GO | |
| DA CEDENTE | | | CNPJ/MF |
| Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico, de Agricultura, Pecuária e Irrigação. | | | 21.652.711/0001-10 |
| Endereço | Cidade | UF | CEP |
| Rua 82, nº 400 Ed. Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 5º andar, Setor Central - CEP: 74.083-010 - Goiânia-GO | Goiânia | GO | CEP: 74.083-010 |
| DDD./Telefone | Home page | E-mail | |
| (62)3201-8907/8902 | www.sed.go.gov.br | geae@sed.go.gov.br | |
| Responsável | | CI/Órgão expedidor | CPF |
| Tito Souza do Amaral | | 833238 SSP-DF | 215.419.901-10 |
| Cargo/Função | | E-mail | |
| Secretário de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico, de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SED) | | geae@sed.go.gov.br | |
| Endereço | Cidade | UF | |
| Rua 82, nº 400 Ed. Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 5º andar, Setor Central - CEP: 74.083-010 - Goiânia-GO | Goiânia | GO | |

| DESCRIÇÃO DO PROJETO | | |
|--|---|---|
| Título do Projeto | | Duração (dd/mm/aa) |
| Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Execução do Contrato de Repasse nº 850929/2017 – MAPA/CAIXA/SED | Início | Na data da Assinatura do Termo de cessão de uso. |
| | Término | 60 meses ou cinco anos da assinatura do termo de cessão de uso. |
| Identificação do Objeto | | |
| Aquisição de patrulha mecanizada. | | |
| Entidade : | | |
| Município de Mimoso de Goiás | | |
| CAPACIDADE INSTALADA DO MUNICÍPIO | | |
| O município possui servidores e estrutura para executar as atividades previstas no Plano de Trabalho firmado com essa Secretaria(SED) sendo o seguinte operador: Sinomar Nunes da Fonseca, (conforme cnh em anexo). | | |
| METODOLOGIA DE EXECUÇÃO e OBJETIVOS: | | |
| <p>A patrulha mecanizada contribuirá para desenvolvimento da atividade agropecuária, tornando fator fundamental para a logística das operações de apoio à produção, pois, são essenciais à execução dos serviços e adequação e manutenção das estradas vicinais e, conseqüentemente possibilitará a melhoria das condições de logística do escoamento da produção agrícola, além do incremento de receitas decorrente do aumento da produtividade e da diversificação de produtos na propriedade rural, bem como a geração de empregos e, por fim, melhoria da qualidade de vida da população. O bem ficará sob a responsabilidade do Município e prestará serviços de acordo com os objetivos acima mencionados. O bem atenderá em média 600 produtores rurais.</p> <p>Bem (es) a serem transferidos/cedidos: 01 (um) Caminhão com Caçamba Basculante - Zero quilometro, ano e modelo de fabricação 2017 ou posterior, com volume mínimo de 6 m³ (seis metros cúbicos), 2 (dois) eixos, tração traseira 4x2, transmissão manual de no mínimo 06 (seis) velocidades à frente e 01 (uma) velocidade à ré, motor à diesel turbinado, potência mínima de 180 CV e em conformidade com os limites máximos de emissão de poluentes para motores do ciclo diesel PROCONVE (Resolução CONAMA N° 403/2008), direção hidráulica, pneus novos, suspensões dianteira e traseira com feixes de mola reforçados, freio a tambor ou disco, nos eixos dianteiro e traseiro (freios de serviço). Peso Bruto Total – PBT Técnico: 15.000 kg. O bem é de uso exclusivo no meio rural, para a finalidade constante do presente plano de trabalho. (DEVERÁ SER APRESENTADO TRIMESTRALMENTE FOTOGRAFIA DATADA DOS EQUIPAMENTOS CEDIDOS, ANEXADA COM DECLARAÇÃO DE QUE REFERIDO DOCUMENTO É VERDADEIRO. (email: geae@sed.go.gov.br). OBS: Anualmente, deverá ser enviado relatório circunstanciado de todas as atividades desenvolvidas com os equipamentos, anexado, se for o caso, fotografias dos serviços realizados, bem como solicitações dos produtores rurais e ordem de execução dos serviços.</p> | | |
| INFORMAR SE O município possui servidores e estrutura para executar as atividades previstas no Plano de Trabalho firmado com | | |
| Entidade | Município de Corumbá de Goiás | |
| Nome | Genivaldo Gonçalves dos Reis |  Assinatura |
| Cargo | Prefeito | |
| Local | o município | |
| Data | 27/12/2018 | |
| Entidade | Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico, de Agricultura, Pecuária e Irrigação | |
| Nome | Tito Souza do Amaral |  Assinatura |
| Cargo | Secretário | |
| Local | Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico, de | |
| Data | | |